



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

EMILAINÉ CRISTINE DO NASCIMENTO SOUZA

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

JOÃO PESSOA – PB
2018

EMILAINE CRISTINE DO NASCIMENTO SOUZA

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pedagogia, no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Izaura Maria de Andrade da Silva.

JOÃO PESSOA – PB

2018

S729i Souza, Emilaine Cristine do Nascimento.

A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL / Emilaine Cristine do
Nascimento Souza. - João Pessoa, 2018.

54 f.

Orientação: Izaura Maria de Andrade da Silva.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Autismo.Inclusão.Prática pedagógica. I. Izaura
Maria de Andrade da Silva. II. Título.

UFPB/BC

EMILAINE CRISTINE DO NASCIMENTO SOUZA

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada
ao Curso de Pedagogia, no Centro de
Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito para a obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia.

RESULTADO: aprovada

João Pessoa, 23 de outubro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Izaura Maria de Andrade da Silva

Profa. Dra. Izaura Maria de Andrade da Silva (orientador)
Universidade Federal da Paraíba

Munique Massaro

Profa. Dra. Munique Massaro (examinador)
Universidade Federal da Paraíba

Adenize Queiroz de Farias

Profa. Dra. Adenize Queiroz de Farias (examinador)
Universidade Federal da Paraíba

Dedico este trabalho a Deus, a minha família, que muito me apoiou e me incentivou a realizá-lo, em especial ao meu filho Enzo, a meus colegas de curso que estiveram ao meu lado e a todos profissionais que fizeram parte da minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que sempre foi o autor da minha vida e do meu destino.

Ao meu esposo Everton e meu filho Enzo, que nos momentos da minha ausência dedicada ao estudo, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

Aos meus familiares que sempre me apoiaram em especial meus pais, minha irmã e meus sobrinhos, Edvaldo, Claudilene, Claudianny, Edvaldo Caio e Eduardo, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Aos meus colegas de turma, companheiros de trabalhos e irmãos na amizade, que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida.

A todos os docentes, que me proporcionaram conhecimentos e afetividade pela educação no processo de formação profissional. Agradeço também, de forma especial, a minha orientadora, Izaura Maria, pelo suporte, orientação, incentivo, apoio e confiança para a elaboração desse trabalho.

Muito obrigada!

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”.

(Cora Coralina)

RESUMO

As crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam alterações na comunicação, interação social e comportamento. Neste sentido existem vários desafios para sua inclusão em diferentes espaços. O presente trabalho tem como tema o transtorno do espectro autista, e buscou analisar os fatores que influenciam o processo de inclusão escolar. Assim, para alcançar tais objetivos foi utilizada a pesquisa de campo. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas e observações em sala de aula regular, para tal participaram da pesquisa a professora da sala regular, gestora, coordenadora pedagógica e auxiliar de apoio. Os dados coletados foram submetidos a uma análise qualitativa. Desse modo, os resultados demonstram que a interpretação dos profissionais trouxe a possibilidade de ampliar os olhares sobre a realidade vivenciada pelo aluno com TEA no espaço escolar e que o processo de inclusão anda acontecendo de maneira lenta e com muitas lacunas ainda a serem vencidas. A necessidade da formação continuada dos docentes é também de grande importância para aceitação da inclusão como processo social, e as estratégias pedagógicas utilizadas por eles são o principal instrumento de interação social de alunos com TEA, no ambiente escolar.

Palavras Chave: Autismo. Inclusão. Prática pedagógica

ABSTRACT

Children with Autistic Spectrum Disorder (ASD) present changes in communication, social interaction and behavior. In this sense, there are several challenges for its inclusion in different spaces. The present study has the theme of autism spectrum disorder, and sought to analyze the factors that influence the process of school inclusion. Thus, to achieve these objectives, field research was used. The data were collected through semi structured interviews and observations in a regular classroom, for which a regular classroom teacher, manager, pedagogical coordinator and support assistant participated in the study. The collected data were submitted to a qualitative analysis. Thus, the results show that the interpretation of the professionals has brought the possibility of widening the perspective on the reality experienced by the student with ASD in the school space and that the process of inclusion is happening slowly and with many gaps still to be overcome. The need for continuing teacher education is also of great importance for the acceptance of inclusion as a social process, and the pedagogical strategies used by them are the main instrument of social interaction of students with ASD in the school environment.

Key Words: Autism. Inclusion. Pedagogical practice

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEMÁTICA	13
2.1 Direitos da pessoa com transtorno do espectro autista (TEA)	13
2.2 Historicidade do Autismo	15
2.3 Conhecendo o Autismo e suas características	17
3. ASPECTOS LEGAIS DE INCLUSÃO: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO	20
3.1 Integração ou Inclusão Social escolar.....	20
3.2 Educação Inclusiva e Educação Especial	22
3.3 Orientações legais de inclusão para a educação de alunos com transtorno do espectro autista	24
4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE INCLUSÃO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	27
4.1 Definição de prática pedagógica	27
4.2 O papel do professor frente as ações pedagógicas de inclusão de Crianças com transtorno do espectro autista	28
5. PERCURSO METODOLÓGICO	32
6. OBSERVAÇÕES FEITAS NO CAMPO DE PESQUISA, ANÁLISES E RESULTADOS OBTIDOS	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICES	49
ANEXOS	54

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro do Autismo vem sendo estudado desde a década de 1940 por diversos autores entre eles Kanner (1943), Hans Asperger (1944), Lorna Wing, (1960). Progressivamente vem sendo foco de pesquisa na atualidade, por considerar que ainda há muito trabalho a fazer, no sentido de sensibilizar e informar a comunidade acerca desse distúrbio do desenvolvimento humano. Esta pesquisa está voltada para a inclusão da criança com transtorno do espectro autista na educação infantil, assunto este discutido, porém, um tema intrigante devido às incertezas de sua causa e questionamentos relacionado a ele que não possuem uma resposta exata. Deste modo, os principais e mais reconhecidos comprometimentos, são nas áreas da comunicação, comportamento e interação social. Essas limitações fazem com que a criança com transtorno espectro autista tenham certas retenções no processo de ensino-aprendizagem.

A inclusão escolar é motivo de discussão para o sistema de ensino, principalmente no Brasil, onde estudos mostram que devesse incluir a pessoa com deficiência, independentemente de cor, classe social, condições físicas e psicológicas, sem que haja exclusão. De acordo com a Lei N° 12.764/12, foi reconhecida e oficializada legalmente, que as pessoas com transtorno do espectro autista podem ser consideradas e vistas como pessoas com deficiência.

Se as leis de inclusão fossem cumpridas, as crianças com deficiência receberiam uma educação apropriada e vida social de direito, por outro lado existe uma preocupação, pois se tais crianças forem colocadas dentro de uma sala de aula sem uma estrutura adequada e sem professores qualificados, não ocorrerá inclusão, o aluno muitas vezes, é ignorado pelos profissionais da escola.

Nesta perspectiva o objetivo geral desse trabalho é analisar os fatores que influenciam o processo de inclusão escolar. O tema proposto buscará refletir acerca de iniciativas que possam ajudar no desenvolvimento da inclusão, inclusive as práticas pedagógicas.

Diante das considerações até aqui, os objetivos específicos da pesquisa constituem-se em: investigar práticas pedagógicas de inclusão da criança com transtorno do espectro autista na educação infantil, analisar como os professores,

gestores e auxiliar de apoio vêm atuando para inclusão da criança com transtorno do espectro autista.

A justificativa do presente trabalho, foi pelo fato de ser atualmente uma área muito abrangente, por cada vez mais nos vemos rodeados por seres humanos com essa deficiência para ter mais capacitação sobre essa discussão que já se faz parte do universo escolar e pelo fato que cursei uma em educação especial, na qual a professora apresentou algumas temáticas sobre a inclusão da criança com transtorno do espectro autista. Suponho, que essa pesquisa possa ajudar-nos a aprender ainda mais sobre o autismo, podendo ajudar nossa sociedade a sensibilizar com essa deficiência tão oculta e eminente, e ainda, por meio das informações quebrar o preconceito que ainda existe atualmente.

O trabalho está dividido em três capítulos, que estão subdivididos em tópicos específicos. No primeiro capítulo, será apresentado o direito da pessoa com transtorno do espectro autista (TEA), a historicidade do autismo, e as características do autismo. Já no segundo, discorro sobre Inclusão ou Integração e Educação Inclusiva e Educação Especial e orientações legais de inclusão para a educação de alunos com autismo. No terceiro capítulo será apresentada a definição de prática pedagógica e o papel do professor frente as ações pedagógicas de inclusão de crianças com transtorno do espectro Autista. Depois apresentarei a metodologia da pesquisa, apresenta o tipo de pesquisa, sua abordagem, o campo e os sujeitos pesquisados e a análise dos dados coletados durante a pesquisa. Nas considerações finais foram retomadas as questões problema, o objetivo geral da pesquisa e os resultados.

É importante que saber que o trabalho de inclusão das crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil não é uma questão só do professor, mas também da instituição, família e comunidade escolar. Um grande desafio, pois a criança com essa necessidade possui dificuldades em se adaptar ao meio social e a sociedade, como também a escola ainda não está preparada devidamente para acolher as diferenças. A escola desenvolve uma prática marcada por padrões de homogeneidade e seletividade.

2. TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEMÁTICA

Este capítulo apresenta concepções em torno do direito das pessoas com transtorno do espectro autista e retrata uma breve exposição sobre a contextualização histórica, características e definições desse transtorno do desenvolvimento global. É importante que todos conheçam essas definições, a fim de que saibam se posicionar diante da diversidade de casos e diagnóstico contraditórios que existem na escola.

2.1 Direitos da pessoa com transtorno do espectro autista (TEA)

De acordo com Khory *et al.* (2014) A Organização Mundial da Saúde calcula que o autismo afeta uma em cada 160 crianças no mundo. A condição chamada de transtorno do espectro autista geralmente tem início na infância e persiste durante a adolescência e vida adulta e tem-se constatado com maior frequência do que ocorria até pouco anos atrás. Assim é identificado um indivíduo afetado em cada 100 pessoas, com isso, estima-se que no Brasil existem dois milhões de autistas. As pesquisas ainda revelam que os meninos são mais afetados pelo transtorno do que as meninas. Dessa maneira, torna-se fundamental falar sobre o direito da pessoa com deficiência, uma vez que a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista, lançada em dezembro de 2012, através da Lei N° 12.764/12 considera a criança com transtorno do espectro autismo com os mesmos direitos das pessoas com deficiência. É importante destacar que ela terá direitos a todas as políticas de inclusão, como direito a educação em escolas regulares ou em caso, de necessidade, com o acompanhamento especializado.

Segundo Brasil (2012) O art. 1º, parágrafo 2º desta lei, deixa claro que “o indivíduo diagnosticado no espectro autista é considerado pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”. Pois antes da lei essas pessoas não tinham garantidos legalmente os direitos que estão sendo dados hoje, como a vida digna, a integridade física e moral, a educação e ensino profissionalizantes entre outros direitos de inclusão e livre acesso ao meio social e no ambiente escolar.

Nesse sentido, a Lei N° 12.764/2012 estabelece algumas diretrizes e define, em seu parágrafo primeiro, art. 1º, parágrafo 1º que um indivíduo com Transtorno do Espectro Autista como sendo:

- I – Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- II – Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012, p.1).

Desta forma, o Ministério da Educação gerou normas para que o estudante com transtorno do espectro autista seja matriculado no ensino regular, estabelecendo garantias ao atendimento, as necessidades educacionais específicas, permitindo que haja inclusão de fato nas redes de ensino.

Vale salientar também que no Decreto 8.368/14, que veio regulamentar a Lei 12.764/2012 em seu parágrafo 2º do art. 3.º dispõe que:

Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno do espectro autista ou com outra deficiência estiver matriculada disponibilizará acompanhante especializado no contexto escolar, nos termos do parágrafo único do art. 3.º da Lei 12.764/12. (BRASIL, 2014, p.2).

Portanto, a lei reconhece que as pessoas com este transtorno do espectro autista possuem os mesmos direitos que as outras pessoas com deficiência. Vale ressaltar ainda que a necessidade de acompanhamento do aluno deve ser comprovada através de um profissional, médico, psicólogo ou pedagogo, que deverá descrever os motivos porque o aluno deve ter um acompanhante e para o devido fins de atendimento especializado.

De acordo com Brasil (2012), entenda como funciona a lei de inclusão de pessoas com TEA, a escola que se negar a matricular um aluno autista, haverá punições, que, arbitradas por um juiz, poderá render multa e reclusão de dois a cinco anos para o responsável pela instituição. Portanto, o aluno com transtorno do espectro autista tem o direito à matrícula escolar e o seu direito de aprender, inclusive com acompanhante, além do direito à saúde, transporte, acessibilidade, tratamento, jornada de trabalho e suporte para os pais, dentre outros direitos.

2.2 Historicidade do Autismo

A História do Autismo apresenta grandes evoluções desde seu conceito até as diversas formas que o mesmo pode manifestar-se em diferentes indivíduos. Assim o termo foi nomeado pelo psiquiatra Leo Kanner tendo como base a terminologia originalmente cunhada pelo seu colega suíço Eugene Bleuler. Autista vem do alemão AUTIMUS, a partir do grego (Autos), que significa: “si mesmo”, termo utilizado pela psiquiatria para apontar o comportamento humano que se concentra em si mesmo, voltado para próprio indivíduo, mais o sufixo (Ismo), que indica “ação ou estado”. O termo também foi utilizado para descrever o afastamento do mundo exterior observado em adultos com esquizofrenia, que tendem a mergulhar em suas próprias fantasias e pensamentos. (ORRÚ, 2012, p.19).

De acordo com Cunha (2017) Em 1911, utilizou-se pela primeira vez o termo “autismo” pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler ao descrever o isolamento frequente em alguns de seus pacientes e para descrever um grupo de sintomas que se relaciona a esquizofrenia. Um dos traços da psicose.

Segundo Mercadante e Rosário (2009), só na década de 1940, que o transtorno recebeu maior atenção, quando o médico austríaco Leo Kanner publicou um de seus trabalhos sobre tal temática o qual descreveu, pela primeira vez, 11 casos do que denominou distúrbios autísticos do contato afetivo. Cinco pessoas desses 11 primeiros casos haviam uma “incapacidade de relacionar-se” de formas usuais com as pessoas desde o início da vida. Kanner também observou respostas incomuns ao ambiente, que incluíam maneirismos motores estereotipados, resistência à mudança ou insistência na monotonia, bem como aspectos não-usuais das habilidades de comunicação da criança, tais como a inversão dos pronomes e a tendência ao eco na linguagem (ecolalia). Kanner foi cuidadoso ao fornecer um contexto de desenvolvimento para suas observações. Ele enfatizou a predominância dos déficits de relacionamento social, assim como dos comportamentos incomuns na definição da condição. E também observou alguns sintomas que surgem precocemente.

Kanner, em 1949, refere-se ao quadro com o nome Autismo Infantil precoce, evidenciando sérias dificuldades de contatos com pessoas, ideia fixa em manter os objetos e as situações sem variá-los.

Fisionomia inteligente alterações na linguagem do tipo inversão pronominal, neologismo e metáforas (RODRIGUES, 2010, p.18).

Desse modo, segundo Rodrigues (2010), Kanner identificou que sintomas do autismo eram primários e diferentes das diversas psicose infantil, como a Esquizofrenia infantil, mas devido aos trabalhos publicados por Eugene Bleuler, provocou uma dificuldade em distinguir o diagnóstico do autismo.

Portanto de acordo com Silva, Gaiato e Reveles (2012), outros pesquisadores como Hans Asperger (1944), Lorna Wing, (1960), entre outros, desenvolveram estudos partindo da concepção de Kanner com algumas transformações, assim relacionando o autismo como a um déficit cognitivo e social.

Desta forma só na década de 80, segundo Silva, Gaiato e Reveles (2012, p.113), “ O autismo recebeu um reconhecimento especial, diferente da esquizofrenia, o que propiciou um maior número de estudos científicos, recebendo a denominação diagnóstica correta e com critérios específicos”.

Desde então, o problema passou a ser tratado como uma síndrome, como um distúrbio do desenvolvimento e não mais como uma psicose chamado assim de transtorno do espectro autista.

De acordo com Lopes e Silva (2005) o transtorno do espectro autista, também conhecido como transtorno autístico, autismo da infância, autismo infantil e autismo infantil precoce, nessa condição, existe um marcado e permanente prejuízo na interação social, alterações da comunicação e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses. As anormalidades no funcionamento em cada uma dessas áreas devem estar presentes em torno dos três anos de idade. Aproximadamente 60 a 70% dos indivíduos com transtorno do espectro autista apresentam a deficiência intelectual, ainda que esse percentual esteja encolhendo em estudos mais recentes. Essa mudança provavelmente reflete uma maior percepção sobre as manifestações do autismo com alto grau de funcionamento, o que, por sua vez, parece conduzir a que um maior número de indivíduos seja diagnosticado com essa condição.

Desse modo, Silva, Gaiato e Reveles (2012, p.4), em dezembro de 2007, para o conhecimento da sociedade sobre esse transtorno foi criado pela ONU, em 2 de abril, o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, celebrado pela primeira vez em 2008. Fazendo surgir interesse sobre o transtorno, havendo mais diálogo, mais

interação com médicos das áreas e até mesmo mais conhecimento para os próprios autistas.

2.3 Conhecendo o Autismo e suas características

O Autismo, por ser um transtorno, pode ser apresentado de diversas maneiras. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada 160 crianças tem diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, podendo variar o comportamento de indivíduo para indivíduo. Não há uma única forma do mesmo apresentar-se, é um transtorno global que causa um comprometimento de comunicação, interação social e comportamento da criança, o que provoca sinais e sintomas como dificuldades na fala, bloqueio na forma de expressar ideias e sentimentos, como comportamentos incomuns, como não gostar de se interagir, ficar agitado ou até repetir movimentos. Os sinais do autismo geralmente surgem por volta dos 2 a 3 anos de idade, período que a criança tem maior interação e comunicação com as pessoas do ambiente, como cita Mello (2004):

Autismo é uma síndrome definida por alterações presentes desde muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. (MELLO, 2004, p.12).

O transtorno do espectro autista tem muitas especificidades, como por exemplo, cada criança autista tem características diferentes das outras, pois ninguém é igual ao outro, porém, em algumas são presentes características semelhantes, como por exemplo, o isolamento social, brincar sozinha e com menos brinquedos, dificuldade em responder quando é chamada no caso a criança sabe falar, mas prefere ficar calada, apenas utiliza a pessoa como recurso para obtenção do que a necessita. Dessa maneira, Silva, Gaiato e Reveles (2012) diz que:

Crianças com autismo apresentam repertório de interesses e atividades restritos e repetitivos (como interessar-se somente por trens, carros, dinossauros etc.), têm dificuldade de lidar com o inesperado e demonstram pouca flexibilidade para mudar as rotinas. (SILVA, GAIATO, REVELES, 2012, p.10).

Estes três desvios, segundo Mello, (2004, p.12), que ao aparecem juntos caracterizam o autismo, foram chamados por Lorna Wing e Judith Gould, em seu estudo realizado, de Tríade. “A tríade é responsável por um padrão de

comportamento restrito e repetitivo”. Dessa forma esse conceito da tríade é apresentado por Wing e Gold (1979) como:

- Domínio social (sociabilização): o desenvolvimento social é perturbado, diferente dos padrões habituais, especialmente o desenvolvimento interpessoal. A criança com autismo pode isolar-se, mas pode também interagir de forma estranha, fora dos padrões habituais.
- Domínio da linguagem e comunicação: a comunicação, tanto verbal como não verbal, é deficiente e desviada dos padrões habituais. A linguagem pode apresentar desvios semânticos e pragmáticos. Muitas pessoas com autismo (estima-se que cerca de 50%) não desenvolvem a linguagem durante toda a vida.
- Domínio do pensamento e do comportamento (imaginação): rigidez do pensamento e do comportamento, fraca imaginação social. Comportamentos ritualistas e obsessivos, dependência de rotinas, atraso intelectual e ausência de jogo imaginativo. (WING e GOLD, 1979, p.18).

Em linhas gerais, o autismo pode ser classificado conforme o grau de dependência, podendo ser considerado como: Autismo leve, severo ou moderado. Desta forma, no autismo leve, a criança apresenta poucos sintomas, que podem muitas vezes passar despercebidos, já no moderado e severo a quantidade e intensidade dos sintomas se tornam maiores. Nesse ponto Silva, Gaiato e Reveles (2012) fala que:

As variações transitam pela tríade de deficiências nas áreas social, de comunicação e de comportamento, mas nem sempre todas essas dificuldades aparecem juntas no mesmo caso. Há pessoas com comprometimentos sociais, mas sem problemas comportamentais; e há casos de disfunções comportamentais sem atraso de linguagem. Em todos eles aparecem, em maior ou menor grau, as dificuldades na interação social. (SILVA, GAIATO, RELEVES, 2012, p.42).

Contudo, as causas do autismo são desconhecidas, embora se saiba que existem 50% de chances de uma criança desenvolver o autismo por herança genética, desta forma:

O Transtorno do Espectro Autista manifesta-se nos primeiros anos de vida, proveniente de causas ainda desconhecidas, mas com grande contribuição de fatores genéticos. Trata-se de uma síndrome tão complexa que pode haver diagnósticos médicos abarcando quadros comportamentais diferentes. Tem em seus sintomas incertezas que dificultam, muitas vezes, um diagnóstico precoce (CUNHA, 2017, p.19).

Desse modo, Mello (2004, p.17) afirma que “ A origem do autismo esteja em anormalidades em alguma parte do cérebro ainda não definida de forma conclusiva

e, provavelmente, de origem genética”. A complexidade desse transtorno, provavelmente envolve muitos genes em diferentes cromossomos, ainda não estabelecido de forma decisiva e certamente são quadros resultantes da combinação de diferentes genes, alguns problemas genéticos acontecem espontaneamente e outros são herdados.

3. ASPECTOS LEGAIS DE INCLUSÃO: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO

Este capítulo, apresenta as concepções legais de inclusão da criança com transtorno do espectro autista, buscando fundamentar esta discussão. Expôs sobre o processo de integração e inclusão escolar e educação inclusiva e educação especial, pois é importante discutir a questão da inclusão em uma abordagem mais ampla e livre de preconceitos.

3.1 Integração e Inclusão Social Escolar

Ao se falar em inclusão e integração apesar de serem geralmente confundidos, esses termos partem de pressupostos diferentes. A Integração privilegia o aluno com necessidades educativas especiais, dividindo com ele a responsabilidade de inserção e é trabalhada de forma mais individualizada, já a inclusão tenta avançar, exigindo também da sociedade o papel de inserção, assim trabalhando mais de forma coletiva. Desse modo Mantoan (2003) afirma que:

Os dois vocábulos — “integração” e “inclusão” —, conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico - metodológicos divergentes. (MANTOAN,2003, p. 15).

Segundo Gil (2005), considera-se a integração e inclusão como forma de inserção social. Aos anos setenta, a escola seguia o modelo da integração, aceitava apenas os alunos aptos para acompanhar os métodos de ensino e ritmo de aprendizagem dos demais alunos, mas a partir dos anos oitenta, esse modelo começa a ser questionado e nos anos noventa intensifica o debate sobre inclusão, propondo modificações da sociedade para torna capaz o acolhimento de todas as pessoas.

A integração é o processo na qual a pessoa com deficiência tem que participar na sociedade do jeito que ela está organizada e a inclusão é uma proposta de tornar a sociedade acessível as pessoas com deficiência, garantindo a participação de todas no meio social, desse modo:

Tanto a integração quanto a inclusão são formas de inserção social, mas enquanto a primeira trata as deficiências como problema pessoal dos sujeitos e visa à manutenção das estruturas institucionais, a segunda considera as necessidades educacionais

dos sujeitos como problema social e institucional, procurando transformar as instituições. (LIMA, 2006, p.24).

De acordo Mantoan (2003, p.16) o objetivo de integração é “Inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído”. Assim, proporcionando ao indivíduo um ambiente menos restrito, pois ninguém aprende quando não tem liberdade e não se vê valorizado socialmente. Já o objetivo de inclusão segundo a mesma autora, é “O de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar”, podendo incluir a pessoa com necessidade especiais, ou um grupo que anteriormente foram excluídos da convivência com os demais, ou seja segundo Lima (2006, p.22) “somo todos iguais como seres humanos”.

A indiferenciação entre esses processos de integração e o de inclusão escolar é prova da presença do paradigma tradicional de serviços educacionais.

O radicalismo da inclusão vem do fato de exigir uma mudança de paradigma educacional. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular. (MANTOAN, 2003, p.16).

De acordo com Sasaki (1997), a integração e a inclusão são dois processos importantes na busca de uma sociedade inclusiva, para tanto que leve de forma clara o conceito de normalidade, podendo assim destacar que a normalidade é um conceito relativo ao sujeito, a critérios de tipo estatístico.

Portanto, o que hoje é normal pode não ter sido ontem e não sabemos como será amanhã. O que aqui é normal pode ser anormal em outro lugar ou vice-versa. “De maneira que o normal não se encontra dentro da pessoa, mas fora dela, é aquilo que os outros percebem nas pessoas”. (SASSAKI, 1997, p 43).

Lima (2006) coloca que de modo com a terminologia relativa ao conceito de integração e inclusão, destaca-se a necessidade de investigar a compreensão desse processo para quem é professor ou pesquisador, pois é importante, sem dúvidas essas ações apresentadas no processo educativo, para possibilitar melhor aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais em escola comum, de maneira transformadoras, nas escolas e sociedades.

Contudo a distinção entre integração e inclusão, segundo Mantoan (2003, p.17) “ é um bom começo para esclarecermos o processo de transformação das escolas, de modo que possam acolher, indistintamente, todos os alunos, nos

diferentes níveis de ensino ”, possibilitando o desenvolvimento aos demais alunos com necessidades especiais.

3.2 Educação Inclusiva e Educação Especial

A história da pessoa com deficiência vem desde à Idade Antiga e tem um trajeto marcado por abandonos, segregação, exclusão e indiferença àqueles que eram considerados diferentes.

A forma como a sociedade interage com as pessoas com deficiência se modificou e vem se transformando ao longo da história. Muitos foram considerados incapazes, inválidos, inferiores, antes que fosse visto como cidadãos. (LIMA, 2006, p.27).

Desse modo, mesmo com dificuldades, alguns sujeitos conseguiram alcançar a condição de cidadão. Para Santos (2012), a colaboração para que a educação inclusiva fosse oficializada, inserida no contexto educacional brasileiro foi o movimento de “educação para todos” que firmada em 1990, em Jontiem, teve como princípio a busca da garantia do direito a educação para todos, compreendendo, portanto, o direito, a garantia de inclusão daqueles que por sua vez possuísem necessidades educacionais especiais de aprendizagem na referida sociedade.

Para Lima (2006), a educação inclusiva surge através da proposta de educação para todos, que passava a denunciar a discriminação e a exclusão social, buscando então uma escola para todos, independentemente da origem social de cada um.

A perspectiva de uma educação inclusiva, deve estar relacionada como uma concepção de ensino contemporâneo, pressupondo a igualdade de oportunidade e valorização das diferenças humanas, assim, contemplando todas as diversidades dos seres humanos. O espaço escolar precisa estar aberto para as diversidades e para as necessidades do educando, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

De acordo com Mantoan (2003), a educação inclusiva é fruto de uma educação plural, democrática e transgressora, basta ver que a mesma gera uma crise escolar. Deste modo, a educação para todos tem como objetivo desempenhar seu dever de abranger todas as crianças na escola e defender valores como ética, justiça e direito de acesso ao saber e à formação. A educação inclusiva compreende a educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço

para todos. Ela busca favorecer a diversidade na modalidade que considera que todos alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida no ambiente escolar.

Outro fato histórico importante é a Declaração de Salamanca em 1994, que amplia o entendimento acerca do que venha ser necessidade da educação especial, proporcionando novas discursões e encaminhamentos que pudessem contribuir para formulação de políticas públicas no sistema educacional. No item 2 da lei há cinco são os princípios orientadores que proclamam as principais diretrizes direcionadas a educação inclusiva:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1).

Cabe salientar, que é preciso reconhecer que a proposta de educação inclusiva foi empregada pela Declaração de Salamanca, que proclamou, entre outros princípios o direito de todos à educação, independentemente das diferenças individuais. Ainda nessa Declaração é compreendido que todos os alunos têm direitos iguais, independente das características, interesses e necessidades individuais, que todos são diferentes e ainda deixa claro que a escola deve oferecer serviços adequados para atender a diversidade populacional da sociedade, plena e livre de preconceitos.

Contudo, este é o papel da educação inclusiva: incluir o trabalhar para desenvolvimento da aprendizagem, levando em consideração as ideias da Declaração de Salamanca e buscando o respeito, a igualdade de direitos entre os seres humanos, de modo que venham a ser tomadas atitudes para que os

conhecimentos que estão sendo discutidos sobre educação inclusiva façam parte da realidade, como também para que as práticas educativas, sociais e interpessoais sejam repensadas e revistas para elaboração de uma nova prática escolar.

3.3 Orientações legais de inclusão para a educação de alunos com transtorno do espectro autista.

Tendo a compreensão em torno do transtorno do espectro autista é fundamental informar-se sobre leis que permitem que essas pessoas sejam acolhidas e respeitadas pela sociedade.

O direito a educação é parte de um conjunto chamado direitos sociais, que tem como vigor o direito a igualdade entre as pessoas. A inclusão é um direito de todos.

Para a Constituição Federal de 1988:

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa. Seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.108).

Dessa maneira, o Estado e a família têm o dever de promover acesso, permanência e sucesso do educando. O dever do Estado é de construir escolas e capacitar profissionais para a construção da cidadania de cada criança e para garantir melhoria na qualidade do convívio da humanidade. A família para conduzir a criança até a escola, contribuindo para sua formação.

De acordo com Mantoan (2003) a educação inclusiva está voltada para a sociedade global, plena e livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças, assim a inclusão se dá quando se insere pessoas com deficiência no ensino regular, e através do convívio com outras pessoas, que não são seus familiares. O indivíduo passa a ter uma vida social podendo desenvolver suas habilidades cognitivas e sociais que muitas vezes ficam limitadas por falta de comunicação dos próprios familiares.

Segundo as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, resolução nº 2 de 11 de setembro 2001, indica que inclusão é: “A garantia do acesso continuado ao espaço comum de vida em sociedade, em uma sociedade orientada por relações de equidade e oportunidades, em todas as dimensões de vida”. (BRASIL, 2001, p.23).

Desta forma, percebe-se que considerando a diversidade textual, existem conceitos ou definições contraditórias devido à perspectiva estudada. Pensando nesse conceito a escola deve oferecer condições educacionais que beneficie todos os educandos, fazendo com que a inclusão de fato aconteça, para isso é preciso conceber significados a prática de inclusão conhecendo seus aspectos legais entre outros fatores.

A inclusão da criança com TEA no ensino regular, tem sido um assunto muito discutido em âmbito nacional e internacional, em fóruns, conferências, congressos, por meio de artigos e monografias, existe uma constante preocupação, entre os educadores, autoridades políticas e outros seguimentos sociais em incluir e fazer tornar direito “a educação da pessoa com deficiência”.

O atendimento educacional especializado – AEE, para pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação é um serviço da Educação Especial. A Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Base da Educação Especial (Lei nº. 9.394/96) e a lei Brasileira de Inclusão) são leis que estabelecem o atendimento educacional especializado ao público alvo da educação especial.

A legislação brasileira acompanhou uma tendência mundial de proteção e inclusão das pessoas com demandas especiais, nelas inseridas os alunos com transtorno do espectro autista. Passou-se por grandes mudanças nos últimos anos e tem conseguido cada vez mais atender a diversidade, garantindo a convivência e a aprendizagem de todos os alunos.

Em 2015 foi aprovada a Lei nº 13.146/2015 para apoiar e dar base às ações afirmativas e inclusivas. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência visa garantia da igualdade e o exercício dos direitos da pessoa com deficiência. Se voltando para o direito à educação, o art. 28 da lei, esclarece que compete ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar questões relacionadas a ações inclusivas. Desta forma, destacamos algumas ações expostas no artigo.

[...] I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

[...] III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao

currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

[...] VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

[...] IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

[...] XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas (BRASIL,2012, p.7).

Nesse sentido, vale ressaltar ainda que essa mesma lei de nº 13.146/2015 possui dispositivos enfáticos acerca da discriminação. Dentre eles destacado:

Art.7º. É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência. Parágrafo único. Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas nesta Lei, devem remeter peças ao ministério público para providencias cabíveis.
(BRASIL,2015, p.3).

Essas referências legais demonstram o processo de debates que estabelece e institui a educação inclusiva em nosso país, que avança de maneira lenta com avanços e recuo, devido aos progressos históricos e sociais de cada tempo. Desse modo o processo inclusivo tem as características de dinamismo, flexibilidade e temporalidade.

4. PRÁTICA PEDAGÓGICAS DE INCLUSÃO DO TANDSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Neste capítulo, fundamentando-se em alguns autores, tais como Veiga (1994), Aranha (1996), Verdum (2013), Cunha (2017), dentre outros, constrói-se uma breve exposição que vai ajudar a compreender as definições de práticas pedagógicas e o papel do professor frente as ações pedagógicas de inclusão, buscando contribuir para as adequações curriculares.

4.1 Definição de prática pedagógica

A definição de prática pedagógica é uma tarefa que exige esforço para interpretar-se, pois não existe um conceito fechado para ela. A prática geralmente pode ser uma realização da teoria de modo concreto, ou uma prática social complexa que acontece em diferentes espaços e tempos da escola. Ela está apta a novas contribuições e é constantemente renovada pelos pensadores da área de Pedagogia. Como afirma Veiga (1994, p. 16) a prática pedagógica é “uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social”.

Nesse sentido, a prática pedagógica dos professores tem base em uma determinada concepção teórico-prática, seja ela aprendida durante a formação, na experiência de trabalho ou no contato com outros professores. Assim, a prática pedagógica será compreendida como a atividade desenvolvida pelos professores visando promover a aprendizagem e desenvolvimento dos seus alunos, prática adquirida em teorias ou quanto em sua experiência na prática do trabalho.

De acordo com Aranha (1996), a educação não pode ser concebida fora de um contexto histórico - social existente, sendo a prática social o ponto de partida e de chegada da ação pedagógica. Desse modo, a prática pedagógica é uma prática social e política, pois não é capaz de planejar a educação sem um vínculo sócio histórico.

A prática pedagógica implica-se também em medidas para o melhor aprendizado dos alunos, e em atitudes que tornam o processo educativo mais enriquecido, tanto para os alunos quanto para o professor no processo de ensino aprendizagem, tornando as aulas mais atrativas e procurando formas de incluir as

crianças com deficiência, partindo do pressuposto de estratégias concretas e socializadas. Segundo Verdum (2013, p.94):

Professor e aluno, ensinam e aprendem, construindo e reconstruindo o conhecimento juntos. O professor aprende com o aluno, ao pesquisar sua realidade, seu desenvolvimento cognitivo e afetivo, enquanto o aluno aprende, por meio de um processo de reconstrução e criação de conhecimentos daquilo que o professor sabe, tem para compartilhar.

Contudo, no espaço escolar a prática pedagógica deve acontecer de maneira progressiva, para que não seja prejudicial para o aluno com transtorno do espectro autista, pois ele passa a ser visto como o diferente, como aquele que não consegue aprender, uma diferença entre uma criança típica, que consegue interagir de forma rápida com brincadeiras, com professores dentro de sala de aula e consegue adquirir habilidades motoras e cognitivas de forma rápida, já a criança com transtorno do espectro autista, o processo se torna mais lento, pois há uma relação diferente entre o cérebro e os sentidos e as informações nem sempre geram conhecimento. Desse modo como ressalta Cunha (2017, p.57): “A prática escolar é uma grande oportunidade para profissionais e familiares construírem um repertório de ações inclusivas para o aprendente com autismo”.

Dessa maneira, para Garcia (1994), as práticas de ensino devem estar embasadas em ações mais solidárias e igualitárias, e se contrapor as práticas ainda focadas em conceitos e ações excludentes, com modelos educacionais competitivos e predatórios. Dessa forma, a educação inclusiva demanda a adoção de práticas pedagógicas diferentes das adotadas de forma tradicional, não se configurando a utilização de práticas que se tracem pela igualdade e que considerem uma única forma de aprender, mas que possa também ocorrer mudanças nas organizações escolares, preparando professores para adequar as metodologias que envolvam a educação inclusiva, de forma que venha a solucionar as necessidades dos alunos. Os professores precisam ter entendimento que o aluno com deficiência deve ser incluído no espaço escolar de forma complexa, sem que tenha nenhuma conduta que venha excluí-lo.

4.2 O papel do professor frente as ações pedagógicas de inclusão de crianças com transtorno do espectro autista

Quando se fala em inclusão, não se pode deixar de pensar no papel do professor frente a esse processo, pois ele é fundamental dentro da escola e se reflete em toda sociedade, pois ele é um agente ativo na formação de um indivíduo. E com as mudanças sociais que vem ocorrendo na sociedade, novas funções recaem sob responsabilidade desse profissional, ele deve estar preparado para lidar com as situações desafiadoras no dia a dia, incluindo a educação da criança com transtorno do espectro autista.

Dessa forma, as crianças necessitam de um modelo para serem seguidas, o professor além de ser um educador e mediador, atua como dirigente de aprendizagem, ele tem ação de orientar e motivar os alunos. Ele facilita o acesso ao desenvolvimento e conhecimento, avaliando e executando experiências para a construção da aprendizagem.

De acordo com Lopez (2011) o papel do professor como o mediador, contribui no processo de aprendizagem, favorecendo a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação concebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios sejam aplicados às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo desenvolvimento.

Por outro lado, deve-se observar que a formação de professores não oferece uma base sólida nos aspectos teóricos e práticos, segundo Lopez (2011) pois poucos professores possuem uma formação básica centrada nos aspectos inclusivos para a criança com transtorno do espectro autista, isso implica na falta de compreensão acerca das necessidades diferenciadas e conhecimentos necessários para ensinar essas crianças.

Deste modo, é importante, que os professores estejam sempre se atualizando, para receber essas crianças com deficiência, para que saibam trabalhar de maneira que possam incluí-los, pois é o docente que recebe e estabelece o primeiro contato com a criança, seja positivo ou negativo. O professor é um grande responsável por efetivar ou não o processo de inclusão, considerando que é seu dever criar possibilidades de desenvolvimento para todos, adequando sua metodologia as necessidades diversificadas de cada aluno, por isso é responsabilidade dele está sempre apto para a formação continuada. Portanto, vale ressaltar que:

Contudo, na última década a formação de professores tem recebido mais atenção estímulo de diversas maneiras, seja por meio de modalidades de educação à distância, formação continuada ou formas de estímulo a autonomia intelectual do professor. (LIMA,2006, p.119)

Assim, a formação torna-se necessária para explicitar o conceito de inteligência e aprendizagem docente, os profissionais precisam desenvolver uma concepção de conhecimento contextualizado para a educação inclusiva.

Partindo desse pressuposto é importante falar sobre as adequações curriculares, que de modo geral envolvem modificações organizativas, nos objetivos e conteúdo, nas metodologias e na organização didática, na organização do tempo e na filosofia e estratégias de avaliação, que antes de tudo, devem partir de um currículo que leve em conta a diversidade, flexível e passível de adequações, sem perda de conteúdo. Deve ser desenhado tendo como objetivo geral a:

“Redução de barreiras atitudinais e conceituais”, e se pautar em uma “ressignificação do processo de aprendizagem na sua relação com o desenvolvimento humano”, atendendo às necessidades educativas de todos os alunos em relação à construção do conhecimento. (OLIVEIRA: MACHADO apud GLAT, 2007, p.37).

O primeiro passo para construção de um currículo escolar para um aprendente com transtorno do espectro do autista é a avaliação, assim o educando e educador vão saber quais habilidades necessitam ser conquistadas. Por meio da convivência no espaço escolar e de um currículo que distingui aspectos sociais, o aluno poderá descobrir:

- Que as pessoas ao seu redor são importantes;
- Os valores da amizade;
- O afeto, o carinho e o amor;
- As regras sociais que ajudam a memorização;
- O convívio com outras crianças;
- As rotinas diárias que ajudarão sua independência e autonomia;
- A importância de compartilhar sentimentos e interesses. (CUNHA, 2017, p.61)

Desta forma, a inclusão de alunos com deficiência na classe regular implica no desenvolvimento de ações adaptativas, visando a flexibilização do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira afetiva em sala de aula, e atender as necessidades individuais de todos os alunos.

Diante disso, é essencial que o professor fique atento quando for planejar e desenvolver práticas pedagógicas que estimulem a capacidade de concentração do aluno, incentivando-o e buscando formas de incentivar a independência e autonomia diária, por meio de atividades, jogos ou brinquedos que representem e exercitem aspectos da vida cotidiana, fazer um planejamento para o aluno com transtorno do espectro autista com atividades para comunicação, cognição, linguagem, desenvolvimento motor, socialização, desenvolvimento no foco de atenção. Na área de linguagem, por exemplo, o professor deve dispor de elementos que incentivem o aluno a buscar a comunicação, a vivenciá-la. As atividades podem se concretizar com a utilização de cartões com imagens ou figuras de lugares, objetos, familiares, contatos sensoriais, brincadeiras de faz de conta, utilização de expressões mais elaboradas.

Cunha (2017) afirma que: para o aluno com autismo, o que mais importa é a aquisição de habilidades sociais e a autonomia. Para que a criança não se torne um adulto incapaz de realizar tarefas simples do dia a dia, ela precisa aprender atividades que a tornará mais independente durante seu crescimento. Essas atividades são escolhidas em razão da sua utilidade.

Na inclusão de crianças com transtorno do espectro autista, o professor servirá como referência durante todo percurso escolar inicialmente será necessário estabelecer uma aproximação com o aluno. O professor, além de estudar e analisar o desenvolvimento dessa criança, ele tem a função de tornar a sala de aula um ambiente inclusivo, possibilitando às crianças o conhecimento das diferenças e o incentivo para que elas desenvolvam o companheirismo.

O autismo requer do professor estudo, preparação e dedicação. Para além da condição limítrofe do autista, estará em condição humana e os seus atributos e a sua natureza de aprendente. (CUNHA, 2017, p.13).

Contudo, o professor deve desenvolver na criança a autoconfiança e a independência. Para o professor também reflete a responsabilidade de desenvolver atividades de acordo com o grau de conhecimento da criança, para que ela possa desempenhar as atividades de forma correta, possibilitando o surgimento de novas aprendizagens e o avanço no desenvolvimento de atividades escolares.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

Para esta pesquisa, foram adotados procedimentos metodológicos específicos visando alcançar possíveis respostas ao problemática de estudo. A metodologia apresentada neste trabalho é fruto de uma pesquisa de natureza de abordagem exploratória, descritiva de campo, com registro das observações realizadas através do diário de campo. A pesquisa é de abordagem qualitativa com o intuito de entender o objetivo e tema abordado. O pesquisador amplia seus conceitos e opiniões a partir de padrões localizados nos dados, que serão realizados através da pesquisa de campo. Segundo Malheiros (2011, p.22) “ O trabalho qualitativo exige métodos rigorosos, que sejam capazes de explicitar que o investigador chegou o mais perto possível do fenômeno, portanto, suas conclusões não se dão na base de suas crenças individuais”.

De acordo com Gil (2002, p.41) a pesquisa exploratória “Tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”, como também, conforme afirma Prodanov e Cristiano (2013, p.52), “ permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos”.

Pesquisa descritiva para Gil (2002) possui como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência.

Para tanto a pesquisa constitui-se num trabalho de campo, onde foi realizada em uma escola da rede municipal, localizada na cidade de Cabedelo/PB. Foram realizadas cinco visitas a escola. Todas no período da tarde, no decorrer de uma semana, com análises acerca do objeto de estudo propostos, pautado na observação dos sujeitos investigados e entrevista semiestruturada com um roteiro pré-elaborado, que foram transcritas na íntegra antes de serem submetidas a análise.

Sabendo que o universo que constitui a pesquisa é consideravelmente amplo, pois a escola conta com uma equipe, que envolve professores, gestores, secretários, coordenadores, auxiliares de serviços, vigilantes e alunos. No entanto, para essa pesquisa elegeu-se a gestora, coordenadora pedagógica, professora da sala regular da educação infantil e auxiliar de apoio.

Para tanto o quadro abaixo descreve sobre a caracterização dos entrevistados, mostrando suas idades, formação acadêmica, cargos ocupados pelos sujeitos da pesquisa e o tempo de trabalho na instituição de ensino.

Quadro 1: Caracterização dos Entrevistados

Nomes	Idade	Formação	Cargo ocupado	Tempo de trabalho na instituição
P1	35 anos	Mestre em Educação	Gestora	1 ano e 9 meses
P2	42 anos	Licenciatura em Letras	Coordenadora Pedagógica	10 dias
P3	30 anos	Superior em Pedagogia, Especialização em Gestão e Mestrado em andamento.	Professora da Educação Infantil	4 anos
P4	25 anos	Pedagogia em andamento	Auxiliar de Apoio	1 ano e meio

Fonte: quadro feito pela graduanda diante dos roteiros de entrevistas

Assim sendo a instituição escolhida para aferir a pesquisa está localizada no bairro do Centro, no município de Cabedelo. A escolha se deu por se tratar de uma instituição que atente crianças com necessidades especiais na educação infantil e em razão do conhecimento que o pesquisador possui acerca da realidade a qual se insere. A instituição realiza um trabalho educacional com alunos da cidade e comunidade, que tem por objetivo oferecer a possibilidade de aprendizado aos estudantes, promovendo assim desenvolvimento gradativo dos conhecimentos adquiridos, motivando as suas capacidades de descoberta e aprimorando tais conhecimentos através de experiências, questionamentos e busca de soluções de problemas.

A instituição constitui em suas garantias a oferta de vagas de forma gratuita, conforme dever do Poder Público Municipal, acolhendo crianças em horários manhã e tarde e oportunizando o desenvolvimento destas em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social. Para isto, é detentor de um espaço físico adequado e composto por uma equipe multidisciplinar no qual tem como foco o cuidar e o educar as crianças pertencentes à faixa etária indicada à Educação Infantil e fundamental.

O estudo na instituição observa a contribuição desta para o desenvolvimento das crianças e nos suportes e instrumentos oferecidos por esta acerca do acolhimento proporcionado as mesmas.

No tocante a observação, se constituiu em cinco visitas. Na turma da educação infantil, com crianças de seis anos, da referida instituição, com 20 crianças matriculadas nesta turma incluindo a criança com transtorno do espectro autista, a professora, a auxiliar de sala e auxiliar de apoio.

As entrevistas se constitui com os sujeitos da pesquisa durante duas visitas na instituição, como foram quatro sujeitos entrevistados, cada dia foram entrevistados dois sujeitos, com o consentimento dos mesmo para análises dos dados.

É importante destacar acerca das regras éticas, no qual se assume a intenção que estas sejam respeitadas. Para tanto, tem-se o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), previamente elaborado autorizando o acesso aos documentos institucionais, ressaltando que, o anonimato dos sujeitos será preservado e quaisquer outros meios que possam causar constrangimentos aos sujeitos pesquisados, como também esclarecimentos perante a instituição de ensino, quanto à coleta de informações.

Como procedimento de coleta de dados instituiu-se uma observação sistemática, no que se refere as relações da criança com TEA, professora e auxiliar de apoio, a fim de estabelecer elementos do que deve ser observado. Foi realizada também uma entrevista semiestruturada com um roteiro pré-elaborado, onde houve questões abertas e as respostas foram transcritas na íntegra antes de serem submetidas a análise.

6. OBSERVAÇÕES FEITAS NO CAMPO DA PESQUISA, ANÁLISE E RESULTADOS OBTIDOS

A seguir apresentarei e realizarei a análise do material coletado por meio da observação e entrevistas.

Observações feitas no campo da pesquisa

A sala de aula escolhida para observação na escola foi a do infantil VI, que atende 20 alunos incluindo a criança com TEA. Ao chegar me deparei com uma sala de atividade ampla e organizada.

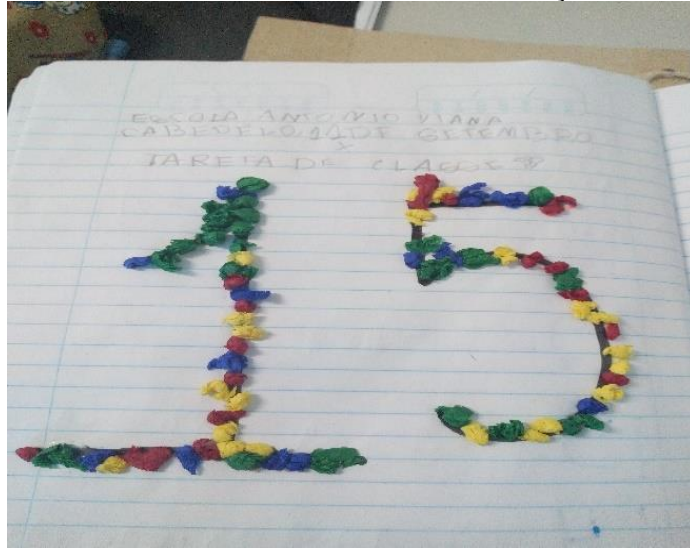
Foto 1: Sala de atividade



Fonte: foto tirada pela graduanda com o consentimento da professora

Como visitei para cinco vezes na instituição, escolhi um exercício para descrever como foi o processo de participação da criança com TEA. A atividade desenvolvida foi trabalhada na disciplina de matemática, onde os alunos teriam que cobrir o numeral quinze (15), com bolinhas de papel crepom. O objetivo da atividade era estimular a coordenação motora dos alunos. A criança com TEA participou da atividade e percebi que ela se desenvolve muito bem em sala de aula.

Foto 2: Atividade desenvolvida com a criança com TEA



Fonte: foto tirada pela graduanda com o consentimento da professora

As adaptações necessárias que senti falta na instituição foi a questão do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os princípios da inclusão escolar estão bem definidos na Política Educacional do Brasil. O aspecto legal, principalmente a partir da nova Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008) reafirma o direito de todas as crianças frequentarem as classes comuns do ensino regular e define a articulação entre a Educação Especial e o ensino comum por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este serviço visa atender as especificidades dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas salas de recursos multifuncionais, na própria escola ou em centros especializados que tenham esse atendimento educacional.

As interações em sala de aula são muito relevantes, pois observei que há uma interação muito grande entre todos.

- A aluna com TEA e a professora, se interagem bem, pois ela é uma criança meiga, não é agressiva, se comunica bem, mesmo tendo dificuldades para falar.
- A aluna com TEA e a Auxiliar de Apoio, interagem bem, a auxiliar deixa a aluna se expressar da forma dela e desenvolver suas atividades sem impor barreiras.
- A aluna com TEA e os colegas, as crianças a aceitam muito bem, eles já estão habituados com ela, já há conhece, sabem como ela é e deixam ela a vontade dentro de sala de aula.

Quanto a prática pedagógica da professora era muito diversificada em relação às atividades e aos temas discutidos. Na maioria das aulas observadas, predominavam as aulas prazerosas com jogos, contação de histórias entre outros. Uma prática que respeitava o saber das crianças e estimulava o processo de construção do conhecimento de todos.

Formação acadêmica dos participantes da pesquisa e o tempo de trabalho na rede municipal e na escola atual

Foi de extrema importância saber a questão da formação acadêmica dos participantes da pesquisa, pois entra em contexto o fato da formação continuada, onde pude perceber que todos participantes já tinha uma formação acadêmica ou estava em andamento.

Quadro 2: Formação acadêmica dos entrevistados

Participante 1 - Gestora	Mestre em Educação
Participante 2 - Coordenadora Pedagógica	Licenciatura em Letras
Participante 3 - Professora	Superior em Pedagogia, Especialização em Gestão e Mestrado em andamento
Participante 4 - Auxiliar de Apoio	Cursando Pedagogia

Fonte: quadro feito pela graduanda diante dos roteiros de entrevistas

Assim como foi visto no quadro acima, constata-se que a maioria dos entrevistados possuem uma capacitação que é importante para o desenvolvimento do processo pedagógico da escola, porém elas não têm formação continuada e na área da educação inclusiva não possuem formação. Como afirma Andrade (2006, p.107) em seus estudos sobre formação continuada e educação inclusiva “ os educadores são exigidos capacidades para inovações profissionais. Para que exerçam seu trabalho com criatividade e adequações qualitativamente diferenciadas quanto ao “saber” e ao “saber fazer” do profissional’.

Quanto ao tempo de atuação na rede municipal e na escola, as respostas variaram de 1 a 18 anos de trabalho, em média, assim ficou evidente que a escola contava com profissionais experientes na área de educação como mostra o quadro abaixo.

Quadro 3: Tempo de trabalho na rede municipal e na escola atual

Participantes	Rede Municipal	Escola atual
P1	10 anos	1 ano e 9 meses
P2	18 anos	10 dias
P3	7 anos	4 anos
P4	1 ano	1 ano e 6 meses

Fonte: quadro feito pela graduanda diante dos roteiros de entrevistas

O processo de inclusão da criança com TEA na escola

Nas entrevistas com a professora e com a equipe pedagógica da escola, uma das questões visava conhecer o processo de inclusão da criança com TEA, que segundo a fala da gestora:

Devido a heterogeneidade das crianças com autismo, a escola adota matérias e meios didáticos que permitem criar vínculo das crianças com a sala de aula e com as propostas de estimulação, para isso cada criança diagnosticada tem ajuda de uma cuidadora. (Entrevista com a Gestora)

Assim, o entendimento da inclusão é um fator importante que afeta diretamente as ações desenvolvidas no espaço escolar e demanda responsabilidades de cada um e de todos para que a melhor educação seja disponibilizada ao alunado.

A fala da coordenadora pedagógica já é um pouco mais restrita, pois a mesma só estava na escola a dez dias, dessa maneira ela fala que:

Como cheguei agora não sei bem falar do processo das crianças com TEA na escola, mas pela experiência, os alunos têm um atendimento no setor de inclusão na secretaria de educação que fazem uma triagem e são encaminhados para um fonoaudiólogo,

psicólogo, pedagogo e outros especialistas conforme o laudo do aluno. (Entrevista com a Coordenadora Pedagógica)

Dessa forma, o desenvolvimento do trabalho de inclusão com alunos Autista, como afirma Carvalho (2010) é importante para que o estudante ocupe o lugar que lhe é devido no contexto escolar. Pois o papel da escola é de buscar uma organização pedagógica eficiente.

A professora da educação infantil diz que:

O processo de inclusão ocorre tranquilamente, mesmo não havendo sala de recurso. Mas dentro de sala uso todos os recursos disponíveis. (Entrevista com a Professora).

Nesse caso observa-se que a professora se preocupa com as intervenções apropriadas para atender plenamente as crianças com necessidades especiais, fato este positivo, pois o principal objetivo da educação inclusiva é proporcionar o aluno a aprendizagem e integração ao sistema educativo.

Como coloca Carvalho (2010) a intervenção educacional tem apresentado impactos positivos na aprendizagem, no desenvolvimento, na participação da pessoa com transtorno do espectro autista.

Assim percebe-se que o processo de inclusão pelo ponto de vista dos participantes da pesquisa é de que eles possuem uma noção do conceito de inclusão, contudo encaram a realidade do processo com responsabilidade e buscam o termo de educação como direito de todos.

Práticas pedagógicas utilizada na sala de aula para inclusão da criança com TEA e Adequações Curriculares

No terceiro capítulo desse trabalho foi apresentado o conceito sobre prática pedagógica e das adequações curriculares, observa-se que o professor considera a diversidade de seus alunos e tenta atender suas necessidades educacionais, flexibilizando as ações voltadas para o acesso à participação social e ao conhecimento.

Desta forma a professora da educação infantil, fala que:

Todas as atividades propostas são incluídas os alunos especiais, valorizando atividades que motivem a curiosidade deles, a exemplo: colagem, corte, massa, pintura, argila e etc. (Entrevista com a Professora)

A escola possui inclusão para os alunos, jogos adequados, aulas de artes e educação física adaptados. (Entrevista com a Professora)

Assim, através das adequações curriculares é importante desenvolver as competências e habilidades das crianças para que haja o processo inclusivo, e desenvolver nas crianças estratégias de aprendizagens, pois elas servirão para alcançar determinados objetivos.

Na perspectiva de Garcia (2005, p. 36), a prática pedagógica docente é constituída por um “[...] conjunto de ações, posturas e práticas didáticas do professor envolvidas no planejamento, desenvolvimento e avaliação de sua ação docente junto a seus alunos, em sala de aula”.

Observa-se que a professora é bem orientada quanto ao seu trabalho de inclusão.

O planejamento e o desenvolvimento das práticas pedagógicas voltadas a inclusão do aluno com TEA
--

O planejamento pedagógico é importante, pois é nele que se avalia como fazer a inclusão das crianças com deficiência. Dessa forma, como a coordenadora pedagógica só estava na instituição a dez dias, quando fiz a pergunta sobre o planejamento e desenvolvimento pedagógico, ela responde da seguinte maneira:

Como cheguei agora não sei bem lhe informar como ocorrem o planejamento e o desenvolvimento das práticas pedagógicas, ainda estou me aperfeiçoando a escola conversando com a gestora para poder começar a traçar esse objetivo, mas seria bom perguntar a professora que está a mais tempo do que eu. (Entrevista com a Coordenadora Pedagógica)

Em conversa com a professora da educação infantil descobri que lá na escola o planejamento é realizado quinzenalmente, são reunidos todos que compõe a equipe pedagógica, como gestor, professores, coordenador, auxiliares de apoio dentre outros, para discutirem sobre as práticas pedagógicas e adequações necessárias para os alunos. O objetivo proposto é que haja mecanismo de aprendizagem, ou seja, buscar formas de aprendizagens para que facilite a fixação dos conteúdos.

Nesse caso é importante lembrar que a sala de aula é composta de várias culturas e com nível diferenciado de aprendizagem que a escola tem de respeitar e trabalhar com a diferença

Avaliação da professora em relação a aprendizagem da criança com TEA

No que diz respeito a avaliação e aprendizagem da criança com TEA na sala de aula, diante da entrevista com a professora, ela avalia da seguinte maneira:

Satisfatória, tendo em vista que a aluna acompanha o aprendizado no seu tempo e de forma prazerosa. (Entrevista com a Professora)

Como a criança com TEA é diagnosticada com transtorno do espectro autista de grau leve, torna-se mais fácil o trabalho com ela no ambiente escolar, pelo que observei, pois, a mesma consegue acompanhar os desenvolvimentos dos outros alunos em igualdade.

Desse modo percebi a importância do trabalho docente que a mesma fazia, na estimulação da comunicação e da linguagem, buscando a ludicidade, que preparavam os alunos para vida e para serem independentes. Desse modo é importante frisar que na educação dos alunos com transtorno do espectro autista, atividades assim podem e devem ser trabalhadas.

Segundo Riviéri (1995) para cada uma das atividades educativas, há objetivos, incluindo conteúdo específicos que devem ser trabalhados com alunos com TEA. Afirma, ainda, que o aluno com TEA é capaz de realizar as mesmas atividades educativas que os outros alunos, as quais tenham os mesmos objetivos gerais.

Dessa forma o processo de inclusão está tendo resultado com essa criança diante das práticas pedagógicas expostas para ela.

O trabalho da auxiliar de apoio e a relação com a família da criança com TEA

Em conversa com a coordenadora pedagógica, fiz uma pergunta se existia algum serviço de apoio para as crianças com deficiência e a mesma respondeu que sim, auxiliares de apoio.

Na entrevista com a auxiliar de apoio perguntei como era o trabalho dela em sala de aula com a aluna com TEA, ela diz que:

Acompanho a aluna com TEA a tarde toda, ajudando ela com suas necessidades, nas tarefinhas, na hora do lanche, na hora de tomar água e ir ao banheiro. (Entrevista com a Auxiliar de Apoio)

Dessa maneira em relação às responsabilidades das auxiliares, A Lei Brasileira de inclusão, nº 13.146, de 06 de julho de 2015, no art. 3 explicita as funções do Auxiliar de Apoio à Inclusão:

[...] XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

Assim as funções relacionam-se aos cuidados físicos, necessários em alguns casos, e o apoio também nas atividades pedagógicas.

Já na questão da relação da com a família da criança, a auxiliar de apoio responde da seguinte forma:

Tenho mais contato com a mãe dela, ela participa muito das atividades da escola, mas as vezes não é nada compreensiva, porém participa das coisas que a escola oferece para melhorar o desenvolvimento da sua filha. (Entrevista com a Auxiliar de Apoio)

Para tanto o trabalho com a criança TEA pelas minhas observações nem sempre é fácil, pois tem que ter o compromisso de todos os lados, tanto da instituição quanto da família, para que haja a inclusão social da forma que contemple todos os sujeitos envolvidos.

A rede municipal

Nas entrevistas feitas com a auxiliar de apoio e coordenadora pedagógica, sobre como era a rede municipal oferece algum curso de capacitação para o trabalho com criança com TEA? Elas respondem essa questão da seguinte maneira:

Não, temos curso de capacitação, temos apenas durante o ano 2 formações que na minha opinião não é nada produtivo. (Entrevista com a Auxiliar de Apoio).

Sim, mais precisa promover melhores capacitações sobre a educação inclusiva, pois são apenas oferecidos durante o ano 2

formações que deveria ser mais proveitosa. (Entrevista com a Coordenadora Pedagógica)

Desse modo a falta de formação, diante das falas das entrevistadas deixa dúvidas, obtendo que a forma de desempenhar seus trabalhos não está sendo de forma satisfatória e demonstra o descrédito em relação à rede municipal ao enfatizar ações que não acontecem sempre. Elas reconhecem que a prática inclusiva está melhorando, e vista de muitos anos atrás, mas precisa ainda ser implementada de forma melhor.

Projeto Político Pedagógico (PPP)

Na questão sobre o PPP da escola, com a gestora, a mesma não disponibilizou o documento, falou que o mesmo era antigo e que ainda ia atualizá-lo, desse modo ao ser questionada, na entrevista, se os documentos da escola, o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico estavam em consonância com a política de Educação Inclusiva, a diretora respondeu:

Sim, mas ele ainda precisa ser atualizado, pois ainda não tivemos tempo para atualizar, como você sabe, precisamos reunir muitos componentes do espaço escolar, mais quando atualizarmos teremos que mexer em algumas coisas com relação ao currículo, terá que ser feita muitas adaptações. (Entrevista com a Gestora)

Desse modo, vale ressaltar que as principais medidas que garantem o sucesso da proposta estão no estímulo para que as escolas elaborem suas propostas pedagógicas, diagnosticando por atendimento educacional especializado e a criação de um currículo que responda ao meio social.

Segundo MANTOAN (2003, p. 47):

Uma escola se distingue por um ensino de qualidade. Capaz de formar dentro dos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando promove a interatividade entre os alunos, entre as disciplinas curriculares entre a escola e seu entorno, entre as famílias e o projeto escolar.

Uma escola de qualidade amplia seu projeto pedagógico centrado no aluno como estratégia de conservação e sucesso garantindo a aprendizagem a todos, um projeto que inclua a formação dos professores e profissionais da escola e desenvolvendo relações de colaborações com a comunidade e o meio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término dessa pesquisa conclui-se, portanto, que o processo de inclusão deve estar presente na realidade social brasileira, por ser um processo demorado, onde foram necessárias criações de inúmeras leis, para que as pessoas com deficiência dispusessem de seus espaços na sociedade plena e livre de preconceitos. A aceitação da diferença deve acontecer de forma que possa distinguir comportamentos discriminatório e excludente de nossa sociedade.

A inclusão da criança com TEA deve estar muito além da sua presença em sala de aula, deve perseguir, sobretudo, a aprendizagem e o desenvolvimento das capacidades e competência, para superação das dificuldades. No entanto, o que é visto na escola regular é a propostas de vagas para inserir essas crianças, porém ainda há muito o que se trabalhar nas práticas pedagógicas para melhor adequá-los ao ambiente. Portanto, ainda está de forma lenta o processo de inclusão, mas a cada dia conseguindo de forma positiva, em meios tantas dificuldades trabalhar de forma conjunta para obtenção de uma escola totalmente inclusiva.

Desse modo, para melhor atender os alunos com TEA, em suas variadas necessidades, faz-se necessário promover diversas adaptações de grande e pequeno porte. Mas, para isso, a formação docente é extremamente necessária. Os profissionais da educação devem estar envolvidos em conhecer as necessidades educacionais especiais e aprimorar-se em fazer com que os estudantes que necessitam de atendimento especial superem suas barreiras e seus impedimentos.

Faz-se necessário a formação continuada, o diálogo, orientação e articulação social educativa de modo a enriquecer a prática da cidadania e principalmente aos casos mais específicos como o transtorno do espectro autista. Deve-se ter uma relação estabilizada dividindo os deveres e responsabilidade entre família e escola em um momento que a sociedade passa por mudanças.

Assim, na prática observada da escola, deixou claro que a inclusão de criança com TEA, fica a cargo da professora e a auxiliar de apoio que ajuda no desenvolvimento das atividades, deixando em falta apenas o atendimento educacional especializado, que de acordo com a legislação LDB N° 9394, de 1996, indica o uso de recursos e a figura de um acompanhante especializado. A inclusão da criança com TEA, vem contando com a presença do auxiliar de apoio, mas, este nem sempre tem formação especializada e faz o que pode para gerar socialização

ou pelo menos garantir a frequência do aluno com TEA, minimizando comportamentos inadequados e melhorando as condições de interação entre criança, professores e os que constituem o universo escolar.

A pesquisa feita deixa claro que é necessário que haja formação para os profissionais de educação, a fim de que todos possuam competências para desenvolver as potencialidades dos alunos, tal qual consta na lei.

Além de acolhedora e inclusiva, a escola precisa se constituir em espaço de produção e socialização de conhecimentos para todos os alunos, sem distinção. No entanto, verifiquei que esse processo já está em andamento, pois a aluna com TEA, participa da aula, realiza as atividades e aprende.

Diante dos dados obtidos, é possível afirmar que muitas interferências precisam ser realizadas para que as crianças com TEA possam realmente interagir e desenvolver um aprendizado significativo, que desperte nela essa independência e um desenvolvimento tão cobiçado por seus pais, porém percebi que a escola já faz sua parte para que esse processo de inclusão aconteça, pois antes era mais difícil a discussão sobre o assunto e hoje já está mais presente no cotidiano escolar e no meio social.

Ressalto, por fim, que o tema ainda é intrigante, devido as incertezas de suas causas, existem muitas lacunas ainda a serem explorados com relação ao TEA, mas, maiores são as lacunas na formação dos educadores para atender a estes alunos, favorecendo o pleno desenvolvimento dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 8. Ed., São Paulo: Atlas, 2006.

ARANHA, M. L. **Filosofia da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: maio, 2018.

_____, Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seus Reflexos na Ordem Jurídica Interna do Brasil. In: FERRAZ, Carolina Valença et al. (Coord.). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Edição Digital. São Paulo: Editora Saraiva. 2012.

_____, **LEI Nº 12.764, 27 de dezembro de 2012; Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: maio, 2018.

_____, **Ministério da Educação, Diretrizes Nacionais para educação especial na educação básica**/secretaria da Educação Especial- MEC; SEESP, 2001.

_____, Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: julho, 2018

CERTO, jurídico. **Entenda como funciona a lei de inclusão de autistas**. Disponível em:< <https://blog.juridicocerto.com/2016/10/entenda-como-funciona-a-lei-de-inclusao-de-autistas.html>> Acesso em: julho, 2018.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**.5ª ed. RJ: Wak Ed., 2017.

ELDER CARVALHO, Rosita. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**, Porto Alegre.2010.

GARCIA, P. B. **Paradigmas em crise e a educação**. Em Brandão Z. (org.). **A crise dos paradigmas e a Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. pp. 58-66.

GLAT, Rosana. et. all. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Marta. **Educação inclusiva: O que o professor tem a ver com isso?** / Marta Gil, coordenação; texto de apresentação do prof. Hubert Alquéres. - - São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ashoka Brasil, 2005.

LIMA, P. A. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: AVERCAMP.2006.

LOPES, Pedro; SILVA, Isabel, **Caracterização da Síndrome Autista. 2005** – Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0259.pdf>>. Acesso em: abril, 2018.

LOPEZ, J. C. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas.** 2011. Trabalho final do curso (Especialização em psicopedagogia clínica e institucional) - Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED, Brasília, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** / São Paulo: Moderna, 2003.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação.** Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MELLO, Ana Marias, Ros de. **Autismo: guia prático/** Ana Maria S. Ros de Mello; colaboração: Marialice de Castro Vatauvuk. _ 4.ed. _ São Paulo: AMA; Brasília: Corde, 2004.

ORRÚ, Sílvia Ester, **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar.** 3.ed. – Rio de Janeiro: Wak Ed.2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Disponível em:<www.feevale.br/editora>Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIVIÈRE, A. O desenvolvimento e a educação da criança autista. In: COLL; J. PALACIOS; A. MARCHESI. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artes médicas, v.3, 1995.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, Mônica P. Educação e Psicopedagogia: Rumo à inclusão. **LAPEADE,** 2012. Disponível em:<<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/Educacao%20e%20psicoped%20-%20Rumo%20a%20Inclusao.pdf>> Acesso em: agosto. 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: Ed. W.V.A, 1997.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo Singular: Entenda o autismo.** Rio de Janeiro; Ed. Objetiva Ltda. 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

VERDUM, Priscila. **Prática Pedagógica: o que é? O que envolve?** Revista Educação por Escrito – PUCRS, v.4, n.1, jul. 2013. Disponível em:<
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/viewFile/14376/9703>> > Acesso em: agosto. 2018.

PEREIRA, L.K. *et al.* **Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar: guia de orientação a professores** [livro eletrônico]. -- São Paulo: Memnon, 2014.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Observação



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CE- CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
CAMPOS DE JOÃO PESSOA – PB**

**TEMA: A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

(Sala de aula da Educação Infantil)

Data:

Aluno/aluna:

Turma:

Professora:

Descrição da situação encontrada (disciplina trabalhada, atividade desenvolvida, comportamento da turma):

Participação ou não da criança com TEA na atividade proposta:

As adaptações necessárias e as adaptações realizadas para a criança com TEA:

As interações na sala de aula:

- Criança com TEA e a professora:
- Criança com TEA e a auxiliar de apoio à inclusão:
- Criança com TEA e os colegas:
- Professora e auxiliar de apoio à inclusão:

Situações relevantes do período de observação

Apêndice B – Roteiro de Entrevista com a Gestora



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CE- CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
CAMPOS DE JOÃO PESSOA – PB**

**TEMA: A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Com a Gestora)

Idade:

- 1) Qual a sua formação acadêmica?
- 2) Há quanto tempo trabalha na rede municipal e nesta escola?
- 3) Como é o processo de inclusão da criança com TEA na escola?
- 4) No Projeto Político Pedagógico e no Regimento da escola a questão da inclusão é contemplada?

Apêndice C – Roteiro de Entrevista com a Coordenadora Pedagógica



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CE- CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
CAMPOS DE JOÃO PESSOA – PB**

**TEMA: A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Com a Coordenadora Pedagógica)

IDADE:

- 1) Qual a sua formação acadêmica?
- 2) Há quanto tempo trabalha na rede municipal e nesta escola?
- 3) Como é o processo de inclusão da criança com TEA, na escola?
- 4) Como ocorre o planejamento e o desenvolvimento das práticas pedagógicas voltadas para a inclusão do aluno com TEA?
- 5) Existem serviços de apoio para esses alunos na escola?
- 6) A escola ou a rede municipal oferecem cursos de capacitação sobre educação inclusiva para os professores?

Apêndice D – Roteiro de Entrevista com a Professora



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CE- CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
CAMPOS DE JOÃO PESSOA – PB**

**TEMA: A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Com a Professora da Educação Infantil)**

Idade:

- 1) Qual a sua formação acadêmica?
- 2) Há quanto tempo trabalha na rede municipal e nesta escola?
- 3) Como é o processo de inclusão da criança com TEA na escola?
- 4) Que práticas pedagógicas você utiliza na sala de aula para a inclusão do aluno com TEA?
- 5) Quais as adequações curriculares são realizadas no trabalho com os alunos com TEA?
- 6) Como você avalia o aluno com TEA em relação à sua aprendizagem e desenvolvimento?

Apêndice E – Roteiro de Entrevista com a Auxiliar de Apoio



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CE- CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
CAMPOS DE JOÃO PESSOA – PB**

**TEMA: A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Com a Auxiliar de Apoio)

IDADE:

1) Qual a sua formação acadêmica?

2) Fale sobre seu trabalho na escola:

- Há quanto tempo trabalha na escola?

- Como é seu trabalho em sala?

- Como você avalia sua relação com a criança com TEA, a professora e os alunos dentro de sala de aula?

3) A rede municipal oferece capacitação para o trabalho com criança com TEA?

5) Como é a sua relação com a família da criança com TEA?

6) Qual a sua opinião sobre o processo de inclusão na rede municipal e nesta escola?

ANEXOS

Anexo A – Solicitação de Autorização



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação
Curso de Pedagogia
Professora: Izaura Maria de Andrade da Silva

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Prezado (a) Coordenador (a)

Apresentamos a esta Coordenação a estudante _____, matricula: _____, devidamente matriculada no curso de Pedagogia desta Universidade.

A referida estudante é concluinte e está desenvolvendo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob minha orientação, que tem como título _____ e como objetivo geral de _____.

Para a realização do referido TCC, elaboramos um Projeto de Pesquisa (anexo) a ser realizado em um Centro de Referência em Educação Infantil (ESCOLA) do município de - _____ . Assim, solicitamos a autorização para a realização da referida pesquisa na _____.

Certa de contarmos com o apoio desta Secretaria de Educação, antecipadamente agradecemos a colaboração no sentido de autorizar a realização da pesquisa.

JOÃO PESSOA, ____ de _____ de _____.

Prof^a Dr^a _____
 UFPB/CE/DHP